



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 18 de Julho de 2022  
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XVI

Nº 2395



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1822, DE 14 DE JULHO DE 2022.



*"Dispõe sobre a fixação do piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, na forma que específica e dá outras providências."*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** O piso salarial dos cargos de Agente Comunitário de Saúde – ACS e Agente de Combate às Endemias – ACE no âmbito do Município de Monte Carmelo passa a ser de R\$ 2.424,00 (dois mil, quatrocentos e vinte e quatro reais), valor equivalente a 02 (dois) salários mínimos, conforme previsão da Emenda Constitucional nº 120/2022, Portaria GM/MS nº 1.971/2022 e Portaria GM/MS nº 2.109/2022.

**Parágrafo único.** Para fins do disposto no *caput*, fica autorizado o pagamento retroativo do piso salarial a partir da data da publicação da Emenda Constitucional nº 120/2022.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 3º** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de maio de 2022.

Monte Carmelo/MG, 14 de julho de 2022.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1823, DE 14 DE JULHO DE 2022.



*"Autoriza a abertura de crédito suplementar por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2021, na forma que específica e dá outras providências."*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito suplementar no orçamento do Município no valor de R\$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil reais), visando à suplementação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo;	
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde;	
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde;	
Sub Unidade	05 - Bloco de Vigilância;	
Função	10 - Saúde;	
Subfunção	305 - Vigilância Epidemiológica;	
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos;	
Projeto/Atividades	2.327 - Promover a Vigilância Epidemiológica;	
Elemento	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente;	Fonte de Recursos: 255 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde; Valor: R\$ 384.000,00.

**Art. 2º** Para cobertura do crédito adicional de natureza suplementar aberto por esta Lei, será utilizada como fonte de recurso o *superávit* financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação de recursos:

I - Fonte de Recursos: 255 – Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde;  
II - Total Geral: R\$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil reais).

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 14 de julho de 2022.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1824, DE 14 DE JULHO DE 2022.



*"Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2021, na forma que específica e dá outras providências."*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município no valor de R\$ 76.500,00 (setenta e seis mil e quinhentos reais), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo;	
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde;	
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde;	
Sub Unidade	05 - Bloco de Vigilância;	
Função	10 - Saúde;	
Subfunção	304 - Vigilância Sanitária;	
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos;	
Projeto/Atividades	2.325 - Promover a Vigilância Sanitária;	
Elemento	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente;	Fonte de Recursos: 255 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde; Valor: R\$ 76.500,00.

**Art. 2º** Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizada como fonte de recurso o *superávit* financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação de recursos:

I - Fonte de Recursos: 255 – Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde;  
II - Total Geral: R\$ 76.500,00 (setenta e seis mil e quinhentos reais).

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 14 de julho de 2022.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1825, DE 14 DE JULHO DE 2022.



*"Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2021, na forma que específica e dá outras providências."*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA**

a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município no valor de R\$ 109.500,00 (cento e nove mil e quinhentos reais), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo;
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde;
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde;
Sub Unidade	07 - Hospital Municipal;
Função	10 - Saúde;
Subfunção	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial;
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos;
Projeto/Atividades	2.328 - Manter as Atividades do Hospital Municipal de Monte Carmelo;
Elemento	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente; Valor: R\$ 109.500,00.

**Art. 2º** Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizada como fonte de recursos o *superávit* financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação de recursos:

I - Fonte de Recursos: 264 – Emendas Parlamentares Individuais – Transferência Especial;

II - Total Geral: R\$ 109.500,00 (cento e nove mil e quinhentos reais).

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 14 de julho de 2022.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**LEI Nº 1826, DE 14 DE JULHO DE 2022.**

*“Autoriza a abertura de crédito especial, na forma que especifica e dá outras providências.”*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo;
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde;
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde;
Subunidade	06 - Bloco de Investimentos;
Função	10 - Saúde;
Subfunção	301 - Atenção Básica;
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos;
Projeto/Atividades	1.190 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidade Básica de Saúde;
Elemento	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações; Valor: R\$ 1.500.000,00

**Art. 2º** Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, serão utilizadas como fontes de recursos a anulação parcial e/ou total do orçamento vigente conforme detalhado abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo;
Entidade	02 - Prefeitura Municipal;
Unidade	60 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais;
Subunidade	03 - Departamento de Obras;
Função	15 - Urbanismo;
Subfunção	451 - Infraestrutura Urbana;
Programa	4035 - Investimento em infraestrutura para o desenvolvimento;
Projeto/Atividades	1.280 - Aquisição de Veículos e Máquinas;
Elemento	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente; Valor: R\$ 500.000,00.

Órgão	02 - Poder Executivo;
Entidade	02 - Prefeitura Municipal;
Unidade	60 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais;
Subunidade	03 - Departamento de Obras;
Função	15 - Urbanismo;
Subfunção	451 - Infraestrutura Urbana;

Programa	4035 - Investimento em Infraestrutura para o desenvolvimento;
Projeto/Atividades	1.287 - Pavimentação de Vias Urbanas com Drenagem Pluvial;
Elemento	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações; Valor: R\$ 300.000,00.

Órgão	02 - Poder Executivo;
Entidade	02 - Prefeitura Municipal;
Unidade	60 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais;
Subunidade	03 - Departamento de Obras;
Função	15 - Urbanismo;
Subfunção	451 - Infraestrutura Urbana;
Programa	4035 - Investimento em infraestrutura para o desenvolvimento;
Projeto/Atividades	1.339 - Canalização Construção Pontes Córregos Mumbuca e Olaria
Elemento	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações; Valor: R\$ 450.000,00.

Órgão	02 - Poder Executivo;
Entidade	02 - Prefeitura Municipal;
Unidade	60 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais;
Subunidade	03 - Departamento de Obras;
Função	15 - Urbanismo;
Subfunção	451 - Infraestrutura Urbana;
Programa	4035 - Investimento em infraestrutura para o desenvolvimento;
Projeto/Atividades	3.017 - Realização de Obras de Infraestrutura Urbana e Rural;
Elemento	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações; Valor: R\$ 250.000,00.

**Total Geral: R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais.)**

**Art. 3º** Fica autorizada a suplementação, se necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do crédito ora aberto e incorporado ao orçamento vigente.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 14 de julho de 2022.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**LEI Nº 1827, DE 14 DE JULHO DE 2022.**

*“Autoriza a abertura de crédito especial, na forma que especifica e dá outras providências.”*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município no valor de R\$ 740.000,00 (setecentos e quarenta mil reais), visando à criação de novas dotações orçamentárias conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo;
Entidade	02 - Prefeitura Municipal;
Unidade	05 - Procuradoria Geral do Município;
Subunidade	02 - Departamento Jurídico;
Função	03 - Essencial à Justiça;
Subfunção	092 - Representação Judicial e Extrajudicial;
Programa	4001 - Governo para todos com responsabilidade, eficiência e transparência;
Projeto/Atividades	2.135 - Gestão das Ações da Procuradoria Jurídica;
Elemento	3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais; Valor: R\$ 22.000,00.

Órgão	02 - Poder Executivo;
Entidade	02 - Prefeitura Municipal;
Unidade	08 - Secretaria Municipal da Juventude, Cultura e Esporte;
Subunidade	03 - Departamento Esporte;
Função	27 - Desporto e Lazer;
Subfunção	122 - Administração Geral;
Programa	4001 - Governo para todos com responsabilidade, eficiência e transparência;
Projeto/Atividades	2.460 - Gestão das Ações da Secretaria da Juventude, Cultura e Esporte;
Elemento	3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais; Valor: R\$ 60.000,00.



Órgão	02 - Poder Executivo;		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal;		
Unidade	20 - Secretaria Municipal de Fazenda;		
Função	04 - Administração;		
Subfunção	123 - Administração Financeira;		
Programa	4001 - Governo para todos com responsabilidade, eficiência e transparência;		
Projeto/Atividades	2.185 - Gestão das Ações da Secretaria da Fazenda;		
Elemento	3.1.90.13.00.00 – Obrigações Patronais;	Fonte de Recursos: 160 – Transferência da União da parcela dos Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção;	Valor: R\$ 38.000,00.
Órgão	02 - Poder Executivo;		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal;		
Unidade	20 - Secretaria Municipal de Fazenda;		
Sub Unidade	22 - Diretoria de Arrecadação;		
Função	04 - Administração;		
Subfunção	122 - Administração Geral;		
Programa	4001 - Governo para todos com responsabilidade, eficiência e transparência;		
Projeto/Atividades	2.199 - Gestão das Ações Divisão de Tributos IPTU e ISS;		
Elemento	3.1.90.13.00.00 – Obrigações Patronais;	Fonte de Recursos: 160 – Transferência da União da parcela dos Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção;	Valor: R\$ 80.000,00.
Órgão	02 - Poder Executivo;		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal;		
Unidade	20 - Secretaria Municipal de Fazenda;		
Subunidade	25 - Departamento de Licitação;		
Função	04 - Administração;		
Subfunção	123 - Administração Financeira;		
Programa	4001 - Governo para todos com responsabilidade, eficiência e transparência;		
Projeto/Atividades	2.206 - Gestão das Ações Setor de Licitação;		
Elemento	3.1.90.13.00.00 – Obrigações Patronais;	Fonte de Recursos: 160 – Transferência da União da parcela dos Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção;	Valor: R\$ 50.000,00.
Órgão	02 - Poder Executivo;		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal;		
Unidade	40 - Secretaria Municipal de Inclusão Social;		
Função	08 - Assistência Social;		
Subfunção	122 - Administração Geral;		
Programa	4001- Governo para todos com responsabilidade, eficiência e transparência;		
Projeto/Atividades	2.350 - Gestão das Ações Desenvolvimento Social e Trabalho;		
Elemento	3.1.90.13.00.00 – Obrigações Patronais;	Fonte de Recursos: 160 – Transferência da União da parcela dos Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção;	Valor: R\$ 65.000,00.
Órgão	02 - Poder Executivo;		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal;		
Unidade	60 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais;		
Subunidade	01 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos;		
Função	15 - Urbanismo;		
Subfunção	122 - Administração Geral;		
Programa	4001 - Governo para todos com responsabilidade, eficiência e transparência;		
Projeto/Atividades	2.197 - Manutenção de Subsídios;		
Elemento	3.1.90.13.00.00 – Obrigações Patronais;	Fonte de Recursos: 160 – Transferência da União da parcela dos Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção;	Valor: R\$ 95.000,00.
Órgão	02 - Poder Executivo;		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal;		
Unidade	60 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais;		
Subunidade	02 - Departamento de Serviços Públicos;		
Função	15 - Urbanismo;		
Subfunção	452 - Serviços Urbanos;		
Programa	4070 - Cidade bem cuidada Melhor Qualidade de Vida;		
Projeto/Atividades	2.485 - Promover e Desenvolver Serviços Urbanos;		
Elemento	3.1.90.13.00.00 – Obrigações Patronais;	Fonte de Recursos: 160 - Transferência da União da parcela dos Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção;	Valor: R\$ 330.000,00

**Total Geral: R\$ 740.000 (setecentos e quarenta mil reais).**

**Art. 2º** Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizada como fonte de recursos o excesso de arrecadação no orçamento vigente, observada a respectiva destinação:

**I** - Fonte de Recursos: 160 - Transferência da União da parcela dos Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção;  
**II** - Total Geral: R\$ 740.000 (setecentos e quarenta mil reais).

**Art. 3º** Fica autorizada a suplementação, se necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do crédito ora aberto e incorporado ao orçamento vigente.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 14 de julho de 2022.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
*Prefeito Municipal*

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
*Procuradora Geral do Município*



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



**LEI Nº 1828, DE 14 DE JULHO DE 2022.**

*"Autoriza o Município de Monte Carmelo a celebrar termo de fomento com a UNIFUCAMP para implementação do Programa Municipal Bolsa Universitária."*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

## **CAPÍTULO I** **Das Disposições Gerais**

**Art. 1º** Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a celebrar termo de fomento com a Fundação Carmelitana Mário Palmério – UNIFUCAMP, instituição de caráter técnico-científico e educativo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.345.421/0001-80, para implementação do Programa Municipal Bolsa Universitária mediante a transferência de recursos financeiros.

**§ 1º** O termo de fomento vigorará por 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado anualmente por meio de termo aditivo.

**§ 2º** O valor global do termo de fomento observará o limite de disponibilidade de recursos financeiros, que será de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) anuais, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

**Art. 2º** O Programa Municipal Bolsa Universitária, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, tem como finalidade a adoção de ações complementares à promoção do desempenho acadêmico, visando a democratização do acesso ao ensino superior e a inclusão social e educacional dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

**Parágrafo único.** Constituem objetivos do Programa:

- I** - viabilizar o acesso e a permanência de estudantes no ensino superior mediante a concessão de bolsas parciais para cursos de graduação;
- II** - minimizar as desigualdades sociais;
- III** - contribuir para a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV** - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- V** - ofertar condições favoráveis ao bom exercício profissional.

## **CAPÍTULO II** **Dos Critérios para Seleção dos Beneficiários**

**Art. 3º** São requisitos para concessão de bolsas de estudo aos beneficiários:

- I** - integrar família com renda familiar de até 04 (quatro) salários mínimos;
- II** - conclusão do ensino médio ou equivalente na rede pública ou como bolsista integral da rede privada;
- III** - residir no Município de Monte Carmelo;
- IV** - não ter concluído nenhum curso de graduação;
- V** - não estar matriculado em mais de um curso no ensino superior;
- VI** - não ser beneficiário em outro programa de concessão de bolsas de estudo, em caráter parcial ou integral, ou perceber qualquer tipo de desconto na mensalidade;
- VII** - não possuir mais de 01 (um) imóvel.

**Art. 4º** O estudante inscrito no programa será submetido a processo de análise e seleção, cuja classificação se dará por ordem decrescente do grau de vulnerabilidade socioeconômica até que se esgotem os recursos financeiros destinados ao programa ou até que se esgotem os candidatos classificados.

**Parágrafo único.** A análise, seleção, classificação e instituição dos valores da bolsa de estudos aos beneficiários, conforme os critérios estabelecidos, será realizada pelo Conselho Universitário da UNIFUCAMP – CONSU, formado por membros da instituição.

## **CAPÍTULO III** **Da Bolsa Universitária**

**Art. 5º** A bolsa universitária será de até 50% (cinquenta por cento) do valor integral da mensalidade e terá validade por 01 (um) semestre, podendo ser renovada sucessivamente, por igual prazo, até a diplomação, desde que:

I - o beneficiário mantenha as condições exigidas para a concessão, previstas no art. 2º desta Lei, e não incorra nas penalidades previstas no Capítulo IV;

II - o beneficiário comprove aproveitamento mínimo de 65% (sessenta e cinco por cento) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento);

III - haja disponibilidade financeira.

**§ 1º** O Conselho Universitário deliberará sobre o valor da bolsa de estudos, mediante análise da mensalidade do curso e grau de vulnerabilidade do beneficiário, observados os limites definidos no *caput* deste artigo.

**§ 2º** O período total de concessão da bolsa não excederá o tempo de duração normal do curso de graduação.

**§ 3º** O benefício poderá ser suspenso a pedido do aluno por até 01 (um) semestre, mediante requerimento escrito e dirigido ao Conselho Universitário da instituição de ensino, com a necessária justificativa, não sendo o período de suspensão contado para fins do disposto no § 1º deste artigo.

**§ 4º** A renovação da bolsa após a suspensão a que se refere o § 3º ficará condicionada ao cumprimento do *caput* e incisos I, II e III deste artigo.

**§ 5º** A conclusão da graduação, o abandono do curso ou o trancamento da matrícula sem a observância ao disposto no § 3º, implicará encerramento do benefício a partir da ocorrência de cada fato, vedada nova concessão em qualquer caso.

**§ 6º** A prorrogação ou concessão das bolsas de estudo dependerá dos recursos que serão repassados pelo Poder Público quando houver disponibilidade financeira.

**§ 7º** Para fins do disposto no art. 4º, II, o aluno deverá comprovar perante o Conselho Universitário, semestralmente, a frequência e aproveitamento no curso em que estiver matriculado.

#### **CAPÍTULO IV** **Das Penalidades**

**Art. 6º** Em caso de falsa declaração ou fraude visando à obtenção ou concessão de bolsa de estudo, o agente estará sujeito a sanções penais e demais cominações legais cabíveis.

**Parágrafo único.** O Conselho Universitário poderá promover visitas *in loco*, entrevistas, análise de documentos e requerer apoio técnico para aferir a veracidade das informações prestadas pelos alunos.

**Art. 7º** As infrações e situações determinantes da exclusão do programa serão apuradas pelo Conselho Universitário, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

#### **CAPÍTULO V** **Das Disposições Finais**

**Art. 8º** Os repasses serão efetuados mediante depósito ou transferência em conta corrente, aberta pela Fundação Carmelitana Mário Palmério – UNIFUCAMP exclusivamente para a movimentação dos recursos financeiros a que se referem esta Lei.

**§ 1º** A prestação de contas dos recursos, contendo a indicação de todos os alunos beneficiados com a bolsa universitária, deverá ser apresentada para apreciação e aprovação da Secretaria Municipal de Fazenda, anualmente.

**§ 2º** Caso a instituição de ensino não apresente a prestação de contas no prazo estabelecido ou seja constatada, a qualquer momento, eventual irregularidade na prestação de contas apresentada, haverá imediata suspensão do repasse dos recursos financeiros até que se comprove a efetiva adequação da inconformidade identificada.

**§ 3º** Os rendimentos obtidos por meio de aplicação financeira dos recursos repassados pelo Município e eventual saldo remanescente deverão ser devolvidos por ocasião da prestação de contas apresentada.

**Art. 9º** A título de contrapartida, os universitários beneficiados deverão participar, quando convocados, em campanhas educativas, sociais ou benemerentes.

**Art. 10** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 02.02.25.03.12.364.4014.2.258.3.3.50.43.00.00.100 – Ficha 367/Fonte 100.

**Art. 11** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 14 de julho de 2022.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



## **PREFEITURA MUNICIPAL** **DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



**LEI Nº 1829, DE 14 DE JULHO DE 2022.**

*“Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar repasse financeiro à Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Monte Carmelo, na forma que especifica.”*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Monte Carmelo, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 21.288.626/0001-15, para efetuar repasse financeiro de verba decorrente da Emenda Parlamentar do Deputado Federal Eduardo Barbosa no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

**Art. 2º** As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 02.04.36.03.10. 302.4005.3.005.3.3.50.41.00.00; Ficha: 926 – Fonte 159.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 14 de julho de 2022.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



## **PREFEITURA MUNICIPAL** **DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



**LEI Nº 1830, DE 14 DE JULHO DE 2022.**

*“Autoriza o Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE a efetuar transferência de recursos financeiros, na forma que especifica.”*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE autorizado a transferir, mensalmente, o valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) à Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, visando o custeio das despesas provenientes da contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de *software* de gestão integrado, por meio de devido processo licitatório.

**Parágrafo único.** O valor previsto no *caput* poderá ser atualizado mediante justificativa e elaboração de termo de aditamento ao contrato.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 14 de julho de 2022.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



## **PREFEITURA MUNICIPAL** **DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. RESULTADO DA NOTA DE PREÇOS E NOTA TÉCNICA, CONCORRÊNCIA 01/2022.** O Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, torna público o Resultado da Nota Técnica, cujo objeto: Refere-se à Obtenção de Propostas para a Contratação de Serviços de Publicidade, a Serem Prestados por 01 (uma) Agência de Propaganda, com o Objetivo de Atender aos Órgãos da

Administração direta e indireta do Poder Executivo do município de Monte Carmelo-MG. Nota de Preços e Nota Técnica. **Empresa (a): INTELLIGENTSIA & ATTITUDE COMUNICAÇÃO LTDA EPP:** Nota de Preços: P1=60%, P2=05%, P3=05%, P4=10%. Nota Técnica: 96,00 Pontos. **Empresa (b): BRAND PUBLICIDADE EIRELI – ME:** Nota de Preços: P1= 60%, P2=10%, P3=10%, P4=15%. Nota Técnica: 81,50 Pontos. Monte Carmelo, 15 de julho de 2022. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Presidente da CPL.

## **EXPEDIENTE**

### **DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: [www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br)